



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

### **ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE ABRIL DE 2011**

----Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e onze, pelas 20h20m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Espaço Multiusos do Centro Cultural "Páteo do Valverde", em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia, .....

#### **ORDEM DO DIA**

1. Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal
2. Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do Exercício de 2010
3. Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício
4. Revisão Orçamental
5. Suspensão de Taxas de Ocupação do Espaço Público e Publicidade
6. Alteração da Taxa do Mercado Mensal de Azambuja

---- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião o Sr. Rui Augusto Nabais, 1º Secretário e o Sr. Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, 2º Secretário. ....

---- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais Senhores Ana Sofia Dias Ajuda, António Batista Marques, António Francisco Nunes Godinho, Maria José da Ponte, António Luís Lavado dos Reis, Pedro João Simões Cardoso, Daniel Albino Lopes Claro, David José Pinto Mendes, Fernando Emidio Costa, Herculano Valada Martins, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Isabel Maria Franco Corrêa, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Luís Marques dos Santos, José Manuel Isidoro Pratas, Justino Cláudio de Oliveira, Lúcio Manuel Cardador Costa, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria de Lourdes Firmino Piriquito, Emanuel Gaspar Alves, Pedro Manuel Raimundo Duarte Coelho, Rita Adriana Gonçalves Domingos, Sérgio Paulo Rodrigues Ramos Jorge e Vera Lúcia Raimundo Brás dos Santos. ....

---- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os Senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, Marco António Leal Pereira, Ana Maria Correia Ferreira, Silvino José da Silva Lúcio e António Jorge de Oliveira Lopes, Vereadores. ....

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar que os Senhores António José Rodrigues e Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves iriam ser substituídos por, respectivamente, Maria José da Ponte e Emanuel Gaspar Alves. ....

Seguidamente informou de estar constituída a Mesa, haver "quórum" e que, assim sendo, ia dar início aos trabalhos. Referiu também que, por se tratar de uma reunião ordinária, haveria dois períodos antes da ordem do dia, um para o Público e outro para os Senhores Deputados. ....

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Sr. Presidente da Mesa perguntou, então, se havia no público quem quisesse intervir. -----

---- Não havendo intervenções do público, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra aos Srs. Deputados Municipais. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal David Mendes para trazer um problema recorrente, que periodicamente o vem lembrando nesta Assembleia, que se prende com a necessidade de alargar em cerca de 50 cm as faixas de rodagem das estradas que actualmente funcionam como alternativas ao trânsito pesado em Aveiras de Cima. Como o problema da E.N. 366 se mantém, o Sr. Deputado pretendeu saber o que é que a Câmara tem previsto para o solucionar, uma vez que é cada vez mais frequente o aluimento das areias e pedras, para a faixa de rodagem, devido à chuva.

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis querendo ser esclarecido sobre algumas questões, nomeadamente, a reabertura das piscinas municipais, a factura da água que continua a não ter qualquer alteração, a não publicação das análises à água e o deficiente atendimento prestado ao consumidor pelas Águas de Azambuja. Ainda sobre esta empresa, o Sr. Deputado disse querer saber que explicação é que as Águas de Azambuja dão para terem aumentado a pressão da água em valores superiores ao que é permitido. Este aumento de pressão já causou danos nalguns equipamentos domésticos. Quis também saber se a Câmara acompanha ou fiscaliza o tratamento da água. -----

O Sr. Deputado fez ainda questão de saber que cortes é que a Câmara vai fazer na feira de Azambuja e qual a situação actual dos médicos de família no nosso concelho.

---- O Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira também quis intervir neste ponto para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se o projecto do Parque Urbano da Milhariça está a ser executado ou foi executado e para quando está previsto o início das obras.

---- A seguir interveio o Sr. Deputado Municipal Emanuel Alves querendo saber o ponto de situação da requalificação da rua 25 de Abril na Maçussa e do centro de dia. Aproveitou esta sua intervenção para felicitar a Câmara pelo excelente trabalho desenvolvido na estrada das Mosqueireiras. -----

---- Interveio, de seguida, o Sr. Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Relativamente à questão das estradas, colocada pelo Sr. Deputado David Mendes, o Sr. Presidente informou que a E.N. 366 é de jurisdição nacional e o que a Câmara pode fazer é o que vem fazendo e que é tentar influenciar as Estradas de Portugal a melhorar aquela sua situação. -----

Informou, igualmente, o Sr. Presidente que algumas estradas municipais vão ser intervencionadas no âmbito dos programas da Câmara, e também no âmbito do que na última sessão da Assembleia Municipal decidiu atribuir à EMIA. -----

Sobre os esclarecimentos pedidos pelo Sr. Deputado Lavado dos Reis, o Sr. Presidente disse que, relativamente às piscinas, se está a desenvolver o projecto. Fez-se o estudo que permite candidatar, através das energias renováveis, toda a obra de recuperação e está a ser desenvolvido o projecto de execução para o candidatar a fundos comunitários. -----

Quanto à questão das Águas de Azambuja, o Sr. Presidente disse que a Câmara tem feito a monitorização da situação daquela empresa, o tratamento é feito segundo as normas do IRAR que também o fiscaliza, as análises químicas são feitas de acordo com o que está estipulado e a divulgação também é feita. -----



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

- No que se refere ao custo da Feira de Maio, o Sr. Presidente informou de que irá haver uma redução de cerca de 50% em relação à edição de 2010. -----
- Sobre a questão levantada pelo Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira, esclareceu que o projecto do parque urbano está a ser executado. Está concluída a parte de arquitectura e estão a ser desenvolvidos os projectos de especialidades. -----
- No que diz respeito à empreitada da rua 25 de Abril, na Maçussa, o Sr. Presidente disse que a candidatura foi aceite e está ainda em apreciação técnica no INALENTEJO. Logo que haja luz verde, em termos de candidatura, far-se-á a adjudicação da empreitada e iniciar-se-á a obra. Sobre o centro de dia, o Sr. Presidente informou que a obra dos arranjos exteriores está pronta. Irá haver uma pequena intervenção do empreiteiro fazendo uns arranjos interiores e em Junho estará pronto a iniciar.
- O Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis pediu novamente a palavra para dizer que a partir do momento em que a água foi entregue às Águas de Azambuja o serviço piorou, pelo que os munícipes têm razões para se manifestarem. Insistiu na resposta à questão que colocou sobre os médicos de família. -----
- Interveio o Sr. Vice-Presidente para informar que tem conhecimento de ter sido colocado mais um médico no Centro de Saúde de Manique do Intendente para servir a população da Maçussa. Sabe também que se aguarda autorização do Ministério das Finanças para se contratar um outro médico para reforçar os serviços em Azambuja.
- Interveio, uma vez mais, o Sr. Deputado David Mendes dizendo que o facto de a CDU ter votado contra a concessão das águas não impede que pugnem pela melhoria do serviço prestado pelas Águas de Azambuja. Acrescentou que as oscilações da pressão da água são constantes e ao longo do dia, bem como as falhas. No seu entender, a Câmara devia utilizar estas informações na melhoria do serviço. Ainda sobre a estrada E.N. 366, perguntou se o muro que lá está foi devidamente licenciado pela Câmara. -----
- O Sr. Deputado Municipal António Godinho quis também intervir neste período para a pedir a confirmação de que os médicos que têm sido colocados nas extensões do Centro de Saúde não são médicos de família mas sim médicos de clínica geral diferenciados, que fazem apenas consulta do adulto. -----
- Tendo obtido a confirmação do Sr. Vice-Presidente, o Sr. Deputado Municipal disse concordar que sempre é melhor ter um clínico geral do que não ter nenhum médico, todavia não se pode chamar-lhes de médicos de família porque não está correcto e se está a enganar as populações. Acrescentou que não se deve perder a noção de que, realmente, o que se pretende são médicos de família, embora se possam aceitar soluções de recurso num prazo curto. -----
- Interveio também o Sr. Deputado Herculano Martins para dizer que  $\frac{3}{4}$  da população que não tem médico de família é de Manique do Intendente e não da Maçussa como o Sr. Vice-Presidente referiu, quando disse que a população da Maçussa estava sem médico. Apenas  $\frac{1}{4}$  da população é da Maçussa. O problema continua a não estar resolvido. A médica vai lá apenas duas horas, sendo muito difícil a marcação das consultas. Ou não se conseguem ou se conseguem apenas para o mês seguinte. Para além disto, o recurso ao Centro de Saúde de Azambuja é moroso e dispendioso para aquelas populações, uma vez que tem que percorrer cerca de 50 km. -----
- O Sr. Vice-Presidente voltou a intervir para dizer que a Câmara não pretende enganar a população, e também não é da sua competência a contratação de médicos para o Concelho. Este é um problema do Governo e só ele é que tem competência

para o fazer. Comunga no entanto da opinião do Sr. Deputado Municipal António Godinho, de que é menos mau ter um médico de clínica geral do que não ter médico de família. Disse ainda ter referido a Maçussa porque tem conhecimento que aquela população ficou sem médico desde a saída de um médico da extensão de Manique do Intendente. O que não quer dizer que, com esta saída, a população de Manique também não tenha ficado esteja prejudicada. -----

Disse ainda que, face a estas dificuldades, os Presidentes de Junta da Maçussa e de Vale do Paraíso se prontificaram a fazer o transporte dos doentes ao Centro de Saúde de Azambuja. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel pediu a palavra para dizer que nesta matéria da saúde a realidade é que a Câmara, não tendo competências, tem obrigações de enquadramento dos munícipes e das suas necessidades. No entanto dá a sensação que, por vezes, se divorcia delas, nomeadamente, quanto ao modo de exclusão das questões. O Sr. Deputado referiu ainda que, e sem fazer juizes de valores, relativamente ao interesse que as pessoas têm pelas coisas, importa dizer que há formas certas e erradas de discutir determinadas matérias. Esta é uma forma errada, um medido para aqui outro para ali. Explicou que a forma certa é, anualmente, pegar-se em determinados assuntos, como este da saúde, e analisar-se o que está mal, o que a Câmara pode fazer e que magistratura de influência é que pode exercer a nível governamental, o que é que a assembleia Municipal pode ajudar. Acrescentou que não se lembra de alguma vez se ter falado nesta Assembleia sobre o aproveitamento do Novo Centro de Saúde de Azambuja que, neste momento, é de 10% em relação às suas capacidades. Uma obra que, disse, custou uns milhares de euros aos munícipes e ao erário público, deveria estar melhor aproveitada com, por exemplo, o estabelecimento de protocolos com entidades para um atendimento mais profundo em algumas áreas da saúde. -----

Sobre a questão das águas, o Sr. Deputado Municipal quis certificar-se se as Aguas de Azambuja estão ou não obrigadas a apresentar periodicamente relatórios sobre a execução do contrato, uma vez que ainda não lhe foi mostrado nenhum. Na eventualidade de ainda não estar no prazo a apresentação desses relatórios, mas devido a todas estas polémicas, a Câmara deveria tomar algumas providências. Mais uma vez, o Sr. Deputado salientou haver duas formas de resolver também este tipo de situações. A errada, que é em todas as sessões da Assembleia, os Deputados Municipais estarem sempre a chamar a atenção para pequenas questões. A certa, é agendar periodicamente, com elementos fornecidos pela Câmara, reuniões para discussão séria destas questões. -----

---- Interveio a seguir o Sr. Deputado António Godinho para dizer que a questão da saúde tem sido discutida de forma profunda e séria nesta Assembleia. Todavia a acuidade do tema e os problemas que levanta, não permite que se façam discussões anuais. Esta é uma questão que tem de ser acompanhada no dia-a-dia. No entanto, acrescentou que, se o Deputado Daniel Claro, na sua intervenção, pretendeu sugerir parecerias publico-privadas para resolver os problemas do Centro de Saúde de Azambuja, se trata de uma ideia bastante interessante. -----

---- Terminada a discussão do período antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia disponibilizou a correio à consulta dos Srs. Deputados Municipais e informou que iria colocar à votação a acta da reunião ordinária de 24 de Fevereiro de 2011. -----

---- O Sr. Deputado David Mendes interveio para dizer que, relativamente ao ponto 4 da ordem do dia da reunião de 24 de Fevereiro, na sua intervenção, perguntou ao Sr.



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

Presidente da Câmara se a EMIA poderia considerar-se um fornecedor municipal, ao que o Sr. Presidente lhe disse que não. Todavia, devido a problemas com o som, a sua resposta não se houve na gravação desta acta, pelo que gostaria de apresentar este pedido de confirmação. A confirmação foi dada de imediato pelo Sr. Presidente da Câmara, pelo que, o mesmo Deputado solicitou a rectificação da referida acta. -

---- Colocada à votação a Acta da Reunião Ordinária de 24 de Fevereiro de 2011, for a mesma aprovada por maioria, com 23 votos a favor e 5 abstenções. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia anunciou a chegada à Mesa uma Moção do BE sobre as medidas recentemente tomadas pelo I.E.F.P, tendo dado a palavra ao Sr. Deputado Municipal Daniel Claro. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Daniel Claro para dizer que o Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas o chamou à atenção para o facto de no concelho existirem zonas que ficaram favorecidas com esta moção. Em todo o caso, nesta moção existem duas possibilidades. Ou se chega a acordo com o I.E.F.P. para uma parte ser servida por Santarém e a outra parte por Vila Franca de Xira, ou terá de se entender que 80% da população está em zonas que ficariam melhor servidas por Vila Franca de Xira. Na verdade, disse, esta decisão tem implicações porque, quer se queira quer não se queira, para os desempregados, apesar de existir o GIP em Azambuja, a sua deslocação será muito mais onerosa e mais difícil de fazer. -----

Um outro aspecto a ter em linha de conta foi a deselegância tida para com este Concelho. Foi uma decisão tomada à revelia de qualquer órgão deste Município, sobretudo por ter sido comunicada já depois da sua entrada em vigor. Perante isto, conclui-se, mais uma vez, que o nosso Concelho voltou a ficar prejudicado. Também lhe é dado a parecer que, nesta matéria, a Câmara mudou de opinião, uma vez que numa em sessão, em que esteve presente, a própria Câmara se manifestou preocupada e disse que ia desenvolver esforços neste assunto. Provavelmente, começa a desenhar-se uma mudança de opinião, que estranha, mas que espera que seja devidamente fundamentada. -----

---- O Sr. Deputado Herculano Martins também quis intervir neste assunto dizendo que por nada trocaria o Concelho de Azambuja por outro qualquer, todavia, e dada a proximidade de Manique do Intendente a Santarém, estando ligados a Santarém esta freguesia de Manique do Intendente para esta e outras questões estaria melhor servida. -----

---- O Sr. Deputado Lúcio Costa interveio também, dizendo concordar em parte com o que foi dito pelo Deputado Daniel Claro, quando defende uma solução repartida. Também referiu que esta situação deve ser cuidadosamente analisada, tendo a vista o que é melhor para o Concelho de Azambuja. -----

---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Municipal Joaquim Marques para dizer que com esta decisão Vila Nova da Rainha foi a freguesia que ficou mais prejudicada por várias razões. A proximidade, os transportes e a facilidade de contacto com o IEFP. ----- Em sua opinião, o Concelho de Azambuja, nesta matéria, deveria continuar a pertencer a Vila Franca de Xira. -----

---- A opinião do Sr. Deputado Municipal David Mendes, que interveio a seguir, é de que se deve tomar uma decisão repartida. Acrescentou, não compreender a atitude da Administração Central quando toma tais decisões. Existindo gabinetes no terreno, eles devem servir toda a população. Em sua opinião, a Câmara tem de dialogar com a Administração Central de forma a conseguir que o nosso Concelho se possa socorrer das duas localidades, Santarém e Vila Franca de Xira. -----

---- Mais uma vez interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro para dizer que o BE não tem posições fechadas em relação a nada, por isso perante as intervenções anteriores, e consciente de que há aqui alguma matéria que necessita de ser discutida e aprofundada, reserva-se o direito de voltar a apresentar esta moção, retirando-a agora, mas anunciando que vai pedir aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia de Vila Nova, de Manique do Intendente e ao sector responsável da Câmara Municipal e a outros que achar convenientes, uma pequena discussão desta matéria.

---- Seguidamente, interveio o Sr. Presidente da Câmara para dizer que a autarquia está em cima do assunto desde o momento que dele tomou conhecimento e que qualquer solução que passe pela partição do Concelho é completamente inviável. Informou que o que está a ser negociado com Santarém é a eventual transferência de algumas atribuições para o nosso GIP, de forma a minimizar as necessárias deslocações, pelo menos nesta parte mais baixa do Concelho. ....

---- O Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro Também quis intervir para chamar a atenção para o cuidado que deve haver no tratamento destes assuntos, uma vez que se aproxima uma reforma do ordenamento nacional, prevendo a extinção de freguesias, concelhos, etc. ....

---- O Sr. Deputado Municipal Herculano Martins interveio para dizer que este não é um caso único, basta olhar para a Comarca a que pertencemos. ....

---- Retirada a Moção, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se iria entra na discussão dos assuntos constantes da ordem do dia. No entanto, como foi solicitado pela Câmara Municipal a introdução das Propostas nºs 50/P/2011 e 46/P/2011 na Ordem do dia da presente reunião, dada a urgência da discussão das mesmas, o Senhor Presidente, de acordo com o art.º 83º da Lei nº 5-A/202, de 11 de Janeiro, colocou à aceitação dos Deputados Municipais a sua introdução, a qual foi aceite pela unanimidade dos presentes, passando as mesmas aos pontos 5 e 6, respectivamente, da Ordem do Dia. ....

#### ORDEM DO DIA

##### 1. Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro querendo, antes de se manifestar sobre este assunto, felicitar o funcionário municipal António Domingos por ir passar à situação de aposentado, a partir do dia 1 de Maio, e também pelo profissionalismo que sempre demonstrou no desempenho das suas funções ao longo destes anos. ....  
Relativamente ao documento em apreço, disse que quando se falava no Plano Mateus este era apresentado como um grande enquadramento estratégico para o Concelho. Como, neste documento não vem nada mencionado sobre o dito Plano, o Sr. Deputado quis saber o ponto de situação em que o mesmo se encontra. ....  
Reportando-se a questões de intervenção social, constatou que o Regulamento Municipal para a Implementação de Medidas Sociais vem mais uma vez referido neste documento, todavia ainda não veio à apreciação da Assembleia Municipal. Segundo o Sr. Deputado, urge fazê-lo o mais rapidamente possível a fim de poder ser posto em prática. ....

Sobre o relatório da actividade municipal, o Sr. Deputado Municipal, apesar de não ter dúvida que os técnicos de informática fazem a manutenção dos computadores, disse quer saber, concretamente, do ponto de vista da actividade municipal, o enquadramento destas medidas e de outras que nele constam e o impacto que tiveram na vida do dia-a-dia dos munícipes. No seu entender, este documento deveria vir acompanhado de um texto que dessa essa explicação, ou seja, um balanço da actividade trimestral da Câmara. Um outro aspecto, que já fez saber em sede de Comissão Permanente, é o facto de a Assembleia Municipal continuar a



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

permitir a apresentação de um relatório da actividade municipal trimestral que não está de acordo com o que a Lei e o Regimento estipulam. Acrescentou que não voltará mais a falar sobre esta questão. -----

---- Seguidamente, interveio o Sr. Deputado Municipal Herculano Martins querendo saber o ponto de situação da estrada Moita do lobo/Manique do Intendente. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira pediu também a palavra para colocar algumas questões. -----

Na rubrica Modernização Administrativa não vêm mencionados os atendimentos feitos em Aveiras de Cima, uma vez que não acredita no número aqui referido mas, a acreditar, tem que dizer porque é que existem tão poucos atendimentos em Aveiras de Cima. Provavelmente, porque há maus atendimentos, os horários não são cumpridos, ainda hoje não foram cumpridos, etc. Logo a seguir o documento refere a Inauguração do Centro de Convívio de Aveiras de Cima, assunto do qual disse nada saber. Sobre o Reordenamento Urbano da Rua 25 de Dezembro em Vale do Brejo quis saber se depois de aprovado pela INAlentejo ainda vai à aprovação do Tribunal de Contas. Nos Estudos e Projectos Urbanísticos, nada está referido sobre o parque urbano da Milharia. Nas Águas não é mencionado o excesso da pressão. Nesta questão, o Sr. Deputado disse haver quem defende que o excesso da pressão origina um maior consumo, pelo que quis saber se é intencional para rentabilizar o negócio. Referiu ainda o Sr. Deputado Municipal não compreender e, por isso, querer saber, a razão de as mudanças de contadores serem feitas de forma aleatória em vez de rua a rua. Perguntou pela conclusão da construção das novas redes de Casais do Vale Coelho e Inglesas, uma vez que estão todas pendentes da construção do emissário. --- Sobre o Tratamento e Recolha de Resíduos Sólidos, o Sr. Deputado sugeriu que fosse feita uma campanha de sensibilização, porque continuam a ser colocados cartões junto aos Ecopontos, sem a preocupação de os desfazerem e colocá-los no recipiente respectivo ou a pedirem o serviço de recolha porta à porta. Ainda sobre a obra do parque urbano da Milharia, disse que tendo a mesma transitado para a EMIA deveria constar nesta rubrica. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis também quis intervir neste ponto querendo ser esclarecido sobre algumas situações. Falou sobre a inexistência de bermas na estrada do Vale Zambujo nalguns sítios e a falta de sinalização que alerta para esse facto. Perguntou se a Câmara tem alguma intervenção no preço que vai ser aplicado aos munícipes do Vale do Brejo pelas ligações aos esgotos. Levantou ainda outras questões como o controle de poluição da CLC, a limpeza do rio Caju e a prioridade da construção da Praça de Toiros de Azambuja. -----

---- Seguidamente, pediu a palavra o Deputado Municipal Manuel Couceiro querendo saber a razão de vir mencionada na rubrica Divulgação e Promoção Institucional, a descida do desemprego em Azambuja. -----

---- Para prestar os devidos esclarecimento, interveio o Sr. Presidente da Câmara. --- Sobre o Regulamento Municipal de Medidas Sociais informou de estarem a ser concluídas as intervenções para serem levadas à Câmara e, posteriormente, apresentadas à Assembleia Municipal. -----

No que diz respeito à estrada a Moita do Lobo/Manique disse que foi feita até onde houve verbas disponíveis dos fundos comunitários. O resto do troço que falta poderá vir a ser feito pelas vias municipais ou se houver uma nova possibilidade de candidatura a esses fundos, o que o Sr. Presidente duvida. Sobre o atendimento em Aveiras de Cima informou não estar, no momento, de posse dos números. -----

Quanto ao centro de convívio, o Sr. Presidente esclareceu que não houve nenhuma inauguração. O conteúdo daquela rubrica refere todas as acções que são colocadas e divulgadas no site da Câmara e/ou nas agências noticiosas, onde se inclui também a questão levantada sobre a descida do desemprego. -----

Informou também que o INAlentejo é o organismo regional da CCDR de Évora que gere os fundos comunitários. O que se passa com a rua 25 de Dezembro no Vale do Brejo é igual ao que se passa com a rua 25 de Abril da Maçussa. Os concursos estão prontos para serem adjudicados, as candidaturas foram aceites e estão desde Fevereiro à espera de serem formalmente aprovadas pelo INAlentejo. Depois desta aprovação a Câmara tem de assinar o contrato de candidatura, a seguir será feita a adjudicação e não tem de ir a tribunal de contas porque o valor da empreitada é inferior ao limite mínimo. -----

Relativamente à rede de esgotos de Vale do Brejo, o Sr. Presidente crê que logo que o emissário esteja concluído se poderá pôr em funcionamento todo este sistema. As estações elevatórias têm tido problemas ao nível de expropriação porque ninguém quer vender meio metro de terreno. -----

Sobre o parque da Milhariça, o Sr. Presidente informou que só virá referido na EMIA quando se iniciar a obra. Informou também que se irá intervir na estrada do Vale Zambujo. -----

Quanto às novas ligações aos esgotos, o Sr. Presidente disse não querer pronunciar-se ainda sobre esta matéria sem aprofundar a legislação que saiu recentemente. Sobre a CLC, disse que esta é uma empresa credenciada do ponto de vista ambiental, pelo que não devem existir problemas nesse âmbito. -----

---- Terminada a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia interveio informando que iria interromper a sessão para um intervalo de cinco minutos. -----

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia anunciou o ponto seguinte. -  
**2. Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do Exercício de 2010 - Proposta nº P 47/P/2011**

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da matéria constante desta proposta. -----

---- Seguidamente, interveio o Sr. Deputado Municipal David Mendes dizendo ser hábito da CDU decidir em abstenção sobre documentos deste género. Acrescentou que são documentos que consubstanciam um orçamento que é uma opção política e, por isso, não concordam mas também não obstaculizam. Chamou a atenção para o facto de a capacidade de endividamento líquido referida de 4.379.333,00 euros, como passo de mágica, ter passado para 4.584.108,91 euros, que é o valor correcto. Acrescentou que para ser ter uma noção real do valor da dívida as contas deveriam estar consolidadas com as da EMIA. Os impostos municipais, como a derrama e a participação nos resultados em entidades, fixam a capacidade de endividamento e tem tendência para descer. Referiu ainda o Sr. Deputado que, para equilibrar as contas, o Sr. Presidente vai ter de aumentar a Derrama e o IMI, dado serem as únicas ferramentas financeiras que tem à sua disposição. De repente a dívida municipal é de quase 20.000.000,00 de euros. Indicou que um dos erros do Sr. Presidente da Câmara terá sido em apostar tudo no Imobiliário, perdeu e não quer admitir que falhou nessa estratégia. -----

----Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas querendo dar nota da grande cooperação que tem havido entre todos os elementos da Comissão Permanente e para dizer que o Grupo do PS irá votar favoravelmente esta proposta. -----



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro pediu também para usar da palavra neste ponto. Disse que há algum tempo atrás foi apelidado de profeta da desgraça pelas intervenções que vinha fazendo e pelas recomendações apresentadas pelo BE na Assembleia, no entanto tudo isso apontava para a situação a que se chegou hoje. Uma situação extraordinariamente difícil e que nos obriga a todos, com humildade, a reflectir e estarmos preparados, para além da luta política imediata. Anunciou que o BE irá votar contra, não por desconfiar que as contas estejam mal feitas ou da capacidade de quem as fez, mas porque em devido tempo alertou para algumas orientações políticas que conduziram a esta situação, nomeadamente a praça de toiros. Este é um investimento que não é estruturante nem trás qualquer benefício para o concelho, tanto mais, acrescentou, que no ponto a seguir vem uma verba de reforço para a tauromaquia de mais 90.000,00 euros. -----

O Sr. Deputado Daniel Claro disse estar de acordo com o Sr. Deputado David Mendes quando referiu que a situação só não é mais séria porque as contas da Câmara Municipal não cumprem o estipulado legalmente quanto à consolidação das contas de EMIA, conforme é mencionado no parecer do ROC. Quando essa consolidação for feita, a situação financeira da Câmara aproximar-se-á de valores altamente gravosos, que implicarão pelo menos uma década para a sua recuperação. -----

Acrescentou que o BE exige que a Câmara cumpra as disposições legais, nomeadamente o art.º 46º da Lei das Finanças Locais, que obriga a consolidação de contas. Disse ainda não aceitar que se diga que o POCAL não está regulamentado, na medida em que está em vigor a Portaria 474/2010 de 1 de Julho que capeia transitoriamente este assunto até à regulamentação do POCAL. Chamou a atenção para o facto de o relatório do ROC sobre a EMIA referir que o orçamento de tesouraria anual devia de estar anexo aos documentos de gestão previsual e não está. -----

---- O Sr. Deputado Herculano Martins também quis intervir neste ponto para dizer que a partir do momento em que foi transferido o pessoal das escolas para a Câmara tem surgido uma nova situação de trabalho precário, uma vez que as empresas de trabalho temporário têm pessoal a trabalhar com contrato sem tempo determinado. Depois, falou da importância da apresentação da conta de gerência e perguntou pelo rácio da poupança corrente deste ano. No que se refere ao IMT, o Sr. Deputado disse ser natural a sua descida falta de transacções, a Derrama também porque grande parte das empresas estão na falência e como sector imobiliário está completamente estagnado não existem novos licenciamentos, perante estes factos disse não compreender a razão de a Câmara continuar a endividar-se. -----

---- O Sr. Deputado Manuel Couceiro quis intervir para pedir um esclarecimento sobre o valor do diferendo entre as Águas do Oeste a Câmara Municipal de Azambuja e também quanto é que a Câmara importa de dívida da EMIA. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas sobre este documento. Relativamente ao endividamento da Câmara, o Sr. Presidente informou que a mesma não ultrapassa o valor que é permitido por lei ao contrário de outros municípios. Disse não ter apostado no sector imobiliário, apenas tentou acompanhar e promover este sector por diversas razões. Por contribuir para o desenvolvimento do concelho e para a fixação de pessoas e porque foi uma fonte de receitas municipais. Todavia, acrescentou, nem a Câmara nem a Assembleia Municipal são responsáveis pelo facto deste sector estar completamente paralisado. - Sobre o que disse o Sr. Deputado Daniel Claro, o Sr. Presidente informou que a obra da praça de toiros não tem qualquer reflexo na aprovação destas contas, que são de

2010, uma vez esta obra já é de 2011. Na sua opinião esta é uma obra estruturante para o concelho, na medida em que promove a identidade do concelho. -----

As Águas de Azambuja representam uma quebra nas receitas da Câmara mas também representam uma quebra muito significativa dos custos do Município. O que se tinha de pagar às Águas do Oeste, pelo fornecimento de águas em alta e pelo tratamento de águas residuais em alta era uma fatia extremamente significativa, acrescentando ainda todos os custos que havia internamente na Câmara com esta matéria. Para comprovar o que disse, sugeriu que os Srs. Deputados Municipais fizessem uma pesquisa destes custos nas contas de gerência desde 2002. Sobre a consolidação das contas, informou que a lei obriga a que a mesma venha à Assembleia de Junho e não à de Abril, procedimento que a Câmara irá cumprir. Disse ser evidente que a Câmara terá que pagar a dívida da EMIA através das transferências compensatórias, mas que importa lembrar que o empréstimo de longo prazo contraído por aquela empresa se destinou à realização de obras e infraestruturas das quais as gerações actuais já estão a beneficiar e muito. A capacidade de endividamento da Câmara aumentou, porque em 2010 não foi contraído um único empréstimo, como, aliás, consta do relatório de gestão, já os encargos de dívida diminuíram em 12,6%. -----

Sobre as Águas do Oeste o Sr. Presidente informou que, actualmente, existem duas situações que separam a Câmara daquela empresa, as quais diz não abdicar. A primeira é que as Águas do Oeste tomaram posse dos nossos equipamentos em 2005, independente do incumprimento do contrato, que é outra matéria e já tem o relatório feito na dupla óptica jurídica e técnica, com o apoio de um jurista e do Instituto Superior técnico, sendo brevemente apresentado à Câmara e à Assembleia. Quando foram transferidos os equipamentos em alta para as Águas do Oeste, estas receberam-nos e acharam que havia ali umas alterações a fazer e fizeram-nas, imputando esses custos à Câmara. Ora, a Câmara não tem que suportar esses custos. A segunda questão tem a ver com a factura. Quando a Câmara recebeu a factura, constatou que no preço que cobravam por cada metro cúbico, vinham incluídos os custos administrativos das Águas do Oeste. Assim sendo, na valorização das infraestruturas que transitaram para aquela empresa, o Sr. Presidente achou que se deveria imputar também uma percentagem pelos serviços administrativos que a Câmara teve. Estas as Águas do Oeste não querem aceitar. Com esta situação está em causa uma verba de cerca de 200.000,00 euros. -----

Concluiu informando que a EMIA tem, desde 2005, uma capacidade contratada de financiamento, que foi discutida em Câmara e em Assembleia Municipal, e que não aumentou, de 9.000.000,00 de euros. Segundo a lei, o que a Câmara importa da Empresa Municipal são os seus resultados negativos, como ela, até agora ainda não teve resultados negativos, a Câmara ainda não importou nada de dívida da EMIA. ---

---- A pedido do Sr. Presidente da Câmara interveio a Sra. Dra. Irene Lameiro, Directora do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara, para responder a uma questão colocada pelo Sr. Deputado Herculano Martins. Disse a Sra. Directora que a poupança corrente do exercício de 2010 é de menos 487 milhares de euros, ou seja, este ano as receitas correntes foram inferiores às despesas correntes neste montante. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro voltou a pedir a palavra para dizer que tem conhecimento de tudo o que o Sr. Presidente da Câmara falou, nomeadamente em relação à capacidade de endividamento. Mas também sabe que a discussão que tem de haver não é se a Câmara está melhor do que os restantes municípios, mas sim se esta Câmara, neste Concelho, nos próximos anos, gera receitas suficientes para o serviço da dívida e se isso não tem um impacto no investimento em favor dos



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

municipes, sendo esta a questão de fundo, segundo ele. Sobre a data da apresentação das contas, o Sr. Deputado retorquiu que foi o próprio ROC da Câmara a apontar para essa falta, sendo que os art.º 46 e 47 da Lei da Finanças Locais também dizem que elas devem ser apresentadas conjuntamente com as contas. -----

---- Interveio ainda o Sr. Deputado David Mendes para dizer que há já cerca de 15 anos que o Sr. Presidente da Câmara tem responsabilidades no Concelho. Primeiro na Assembleia Municipal e posteriormente na Câmara. Como Presidente da Câmara, desde o primeiro dia do seu mandato, teve tempo para construir uma estratégia paralela ao imobiliário e não o fez. Deixou que viessem a logística, os serviços, desprezou a agricultura, todavia tinha uma palavra mágica: turismo. Para desenvolver o turismo havia que ter uma visão do desenvolvimento urbanístico, bastando para isso ver o desordenamento das nossas estradas. Também não há turismo sem agricultura produtiva. Inquiriu o Sr. Presidente sobre as receitas do imobiliário. -----

Disse também que a Câmara fez um mau negócio com as Águas do Oeste, na medida em que todos investimentos feitos por aquela empresa podiam ter sido feitos pela Câmara, uma vez que todas as captações eram feitas em território nosso. A mesma situação se verifica com as Águas de Azambuja, que não vem para cá para ser benemérita. Quem pegou nas águas sabia que iam dar lucro e muito. -----

---- O Sr. Deputado Pedro Coelho interveio a seguir dizendo não estranhar que os Deputados do PS votem favoravelmente este documento depois das explicações do Sr. Presidente, no entanto, disse, ser necessário ter em atenção a consciência com que o vão votar, dadas as actuais financeiras da Câmara. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara voltou a intervir para dizer que, nesse momento, ninguém está em condições de garantir o cumprimento de qualquer espécie de compromisso e é por isso que cá está o FMI. Disse ter, no entanto, algumas esperanças com a presença do FMI em Portugal, já que se estaria numa situação financeira invejável, mau grado a situação do país e dos municípios, se, por exemplo, todas aquelas unidades, que permitiu instalarem-se na zona industrial de Azambuja, não estivessem isentas do pagamento de impostos por serem detidas por fundos privados. Aguarda, assim, que o FMI imponha ao governo português o fim desse tipo de isenções. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António Godinho interveio a seguir dizendo que o FMI não está cá pelas razões apontadas pelo Sr. Presidente, antes pelo contrário, e acrescentou que o exemplo de má gestão da Câmara de Azambuja é também o da má gestão do país, pelo mesmo partido socialista. O FMI está cá devido a essa má gestão. -----

---- O Sr. Presidente voltou a intervir para dizer que a maioria das Câmaras deste país são geridas pelo PSD e 80% delas estão em piores situações que a de Azambuja. -----

---- Terminada a discussão deste assunto, o Sr. Presidente da Assembleia informou que iria proceder, em primeiro lugar, à votação do Relatório de Gestão e, em segundo lugar, à votação das Demonstrações Financeiras. -----

---- Colocado à votação o Relatório de Gestão, foi o mesmo aprovado por maioria, com 17 votos a favor do PS, 5 votos contra (4 da Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra e 1 do BE) e 6 abstenções da CDU. -----

---- Colocadas à votação as Demonstrações Financeiras, foram as mesmas aprovadas por maioria, com 17 votos a favor do PS, 5 votos contra (4 da Coligação pelo Futuro da Nossa Terra e 1 do BE) e 6 abstenções da CDU. -----

---- A Coligação pelo Futuro da Nossa Terra apresentou a seguinte declaração de voto: -----

**“DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

(Proposta 47/P/2011) -----

Em Setembro de 2009, durante a última campanha eleitoral autárquica, a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA publicou no seu Jornal de Campanha o seguinte alerta: -----

«Tendo por base os Relatórios de Gestão e Demonstrações Financeiras da Câmara Municipal (2008), pode concluir-se que a actual gestão socialista está a comprometer o futuro e a própria sustentabilidade financeira do município. -----

O endividamento municipal cresceu significativamente durante este mandato autárquico. Em 2006, a Câmara devia à banca 8.416M€ e no final de 2008 a dívida às entidades bancárias cifrava-se em cerca de 11 milhões de euros. Se somarmos estes empréstimos bancários às dívidas a terceiros (fornecedores e outros), os resultados são ainda mais preocupantes: em 2006 a Câmara devia cerca de 12 milhões de euros, em 2007 devia 19.495M€ e no final de 2008 a dívida já ascendia a 20.419 milhões de euros. Saliente-se que o orçamento municipal para o corrente ano de 2009 já só previa receitas na ordem dos 25 milhões de euros. Agora, basta fazer contas ... -----

Outro dado relevante da actual (com)gestão financeira do ainda presidente da Câmara, Joaquim Ramos, é o facto das receitas correntes não conseguirem acompanhar a velocidade de crescimento da dívida. Partindo do ano de 2006, constata-se que a dívida cresceu 64% em 2007 e 72% em 2008. Mas, nestes últimos dois anos, as receitas correntes apenas cresceram, 6% e 13%, respectivamente.» -----

No dia 20 de Julho de 2010, nesta Assembleia Municipal, a propósito do Plano de Austeridade municipal, conhecido como o PEC Joaquim Ramos, a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA afirmou, nomeadamente, o seguinte: -----

«O que o Presidente da Câmara e os seus vereadores não dizem, mas deveriam ter a coragem de dizer, é que o Plano de Austeridade tem como objectivo corrigir as opções erradas que a maioria socialista tomou desde 2002 e que têm contribuído, paulatinamente, para a degradação da situação financeira do Município de Azambuja. -----

A Câmara de Azambuja precisa de mais receitas para não agravar ainda mais os seus problemas de tesouraria corrente. -----

Quer se queira, quer não se queira, a opção de concessionar o sistema “em baixa” às Águas de Azambuja privou a Câmara de receitas certas, praticamente semanais, que também era utilizadas para pagamento de vários compromissos financeiros correntes. -----

Quer se queira, quer não se queira, a máquina administrativa da Câmara não parou de crescer, sendo que os respectivos encargos financeiros vão continuar a aumentar todos os anos. Não é por acaso que no dia 21 de Junho deste ano, na véspera da aprovação do Plano de Austeridade, o Presidente da Câmara decidiu uma modificação ao Orçamento municipal por via da qual os encargos com pessoal foram reforçados em cerca de 200 mil euros. -----

Não é por acaso que o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2009 referia que Peso das Despesas com Pessoal nas Despesas Totais tinha crescido 21,8% em 2002 para 30,6% em 2009. -----



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

Quer se queira, quer não se queira, no último mandato autárquico, a dívida municipal disparou. Em 2006, a Câmara devia à banca e a terceiros cerca de 12 milhões de euros. No final de 2008, a dívida praticamente tinha duplicado e atingia os 20,5 milhões de euros.» -----

No dia 9 de Dezembro de 2010, também nesta assembleia Municipal, a propósito da proposta de reconstrução da Praça de Touros de Azambuja, a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA disse, nomeadamente, o seguinte: -----

«As receitas da Câmara Municipal caíram 5 milhões de euros em 2009. Este ano a queda também será na ordem dos 5 milhões. No próximo ano de 2011 prevê-se uma quebra de 3,8 milhões a 4,5 milhões de euros. Mas a dívida da Câmara e da EMIA continua a crescer».

Senhor Presidente, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

A Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA recorda hoje todos estes alertas para afirmar, de forma clara e sem tibiezas, o seguinte: -----

Os dados da execução orçamental de 2010 não nos surpreendem, -----  
Eram claramente previsíveis e expectáveis, porque não resultam de surpresas --  
Resultam, isso sim, das opções erradas que a maioria socialista tomou desde 2002! --É, portanto, sem surpresas que a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA constata que em 2010: -----

- A Receita Total da Câmara diminuiu cerca de 23% e totalizou cerca de 4,9M€ --  
(tal como tínhamos antecipado em Dezembro de 2010) -----
- A Despesa Total ficou acima das receitas, tendo reduzido apenas 14,5% -----
- Em consequência, em 2010 o saldo orçamental negativo foi superior a 2M€, sendo o pior saldo orçamental dos últimos 10 anos (o que, aliás, era claramente evidenciado desde 2008) -----
- Não existiu, de facto, qualquer poupança corrente, porque foi negativa em cerca de 500 mil euros -----
- Por outro lado, confirmou-se que 54,5% dos actuais trabalhadores municipais foram contratados durante o consulado do Dr. Joaquim Ramos -----
- O Peso das Despesas com Pessoal nas Despesas Totais é o maior dos últimos 10 anos (em 2001, representava 22,2%; em 2010, representou 35,4% do total da Despesa) -----
- A capacidade de endividamento líquido da Câmara de Azambuja é hoje mais baixa que em 2008 e 2009 (baixou de cerca de 7,2M€ para 4,3M€) -----
- A afectação de recursos financeiros para pagamento de juros e restantes encargos dos empréstimos contratados foi inferior que em 2009 (-12,8%) -----
- As Dívidas a Terceiros a Curto Prazo aumentaram cerca de 1 milhão de euros (+16%) face a 2009, sendo que a capacidade da Câmara para pagar tais dívidas desceu de 81,5% para apenas 32,4% -----
- As disponibilidades financeiras em instituições bancárias diminuíram cerca de 2,4M€ -----
- Por último, a Câmara de Azambuja está hoje mais dependente das Transferências Correntes, nomeadamente da Administração Central, porque a receita própria do Município atingiu o valor mais baixo dos últimos 10 anos - e esta situação irá manter-se em 2011 e nos anos seguintes, o que irá trazer graves problemas na sustentabilidade económico-financeira do Município nos próximos anos, pois o «Pacote de Ajuda Externa» que está a ser negociado vai implicar a redução das transferências da Administração Central para os municípios. -----

Senhor Presidente, -----  
Senhores Deputados Municipais, -----  
O que aconteceu em 2010 era expectável e não causou quaisquer surpresas à Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA, pois em devido tempo alertámos para a degradação da saúde económico-financeira da Câmara de Azambuja. -----  
A maioria socialista cometeu graves erros de gestão. A «factura» apareceu em 2010 e vai agravar-se nos próximos anos. -----  
O nosso Voto Contra ao «Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do Exercício de 2010» é, assim, um Voto Contra à gestão errada e irresponsável que tem sido protagonizada desde 2001 pelo Partido Socialista. -----  
Mas, é também o Voto Responsável de quem antecipou o que aconteceu e de quem está preparado para corrigir os erros de gestão do PS e implementar um novo modelo de gestão na Câmara de Azambuja a partir das próximas Eleições Autárquicas de 2013. -----

Azambuja, 29 de Abril de 2011

Os Deputados Municipais da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA” -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia retomou a palavra para dar conhecimento da chegada à Mesa de um Requerimento do PS para a presente sessão se prolongue por mais uma hora. O Requerimento foi, de imediato, colocado à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

### 3. Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício - Proposta nº P 48/P/2011

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para apresentar a presente proposta. -----

---- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 48/P/2011 à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 17 votos a favor do PS e 9 abstenções (6 da CDU, 2 da Coligação pelo PFNT e 1 do BE). -----

### 4. Revisão Orçamental - Proposta nº P 49/P/2011

---- O Sr. Presidente da Câmara fez também a apresentação da matéria constante deste ponto. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro para dizer que o BE vai votar contra porque o Sr. Presidente da Câmara deveria, em sua opinião, aproveitar esta oportunidade para corrigir a verba que orçamentou, e que todos sabem que se trata de uma verba que, do ponto de vista de receita, não vai ter, que são os 850.000 euros de receita do direito de superfície do biotério. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para explicar que quando feita a previsão da receita, orçamentou-se 850.000 euros decorrente do biotério. Agora está a aplicar-se em verba não definida de despesa um saldo que transitou do orçamento do ano passado, nada tendo a ver com os 850.000 euros do biotério. -----

---- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 49/P/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 17 votos a favor do PS, 9 abstenções (6 da CDU e 3 da Coligação PFNT) e 1 voto contra do BE. -----

### 5. Suspensão de Taxas de Ocupação do Espaço Público e Publicidade - Proposta P 50/P/2011

---- O Sr. Presidente da Câmara voltou a intervir fazendo uma breve apresentação desta proposta. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro interveio para sugerir que a divulgação dos assuntos que vão para discussão pública chegue também às colectividades. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis interveio para solicitar à Câmara a divulgação desta medida. -----



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

---- Não havendo mais intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 50/P/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

### **6. Alteração da Taxa do Mercado Mensal de Azambuja - Proposta nº P 46/P/2011**

---- Esta proposta foi também apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes pediu a palavra para dizer que o valor médio não é de 1,20/m<sup>2</sup> mas sim 0,95/m<sup>2</sup>, dado que metros lineares são diferentes de metros quadrados. Na sua opinião, o aumento das taxas foi precipitado e por isso pouco reflectidas e o preço que a Câmara pagou por aquele estudo foi inútil. -----

---- Terminadas as intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 46/P/2011 à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 25 votos a favor (17 do PS, 6 da CDU, 1 do BE e 1 da Coligação PFNT) e 2 abstenções da Coligação PFNT. -----

### **APROVAÇÃO POR MINUTA**

---- O Segundo Secretário da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

---- Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

### **ENCERRAMENTO**

---- Eram zero horas e quinze minutos do dia trinta de Abril de dois mil e onze, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. -----

---- Para constar se lavrou a presente acta em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

